

Página principal > Encontrar um profissional da justiça > Tradutores/Intérpretes jurídicos

### Tradutores/Intérpretes jurídicos

Se precisar de ajuda para seguir o que se passa e para se fazer entender numa audiência que tem lugar noutro Estado-Membro ou se precisar da tradução de um contrato ou outro documento jurídico, talvez seja necessário encontrar um intérprete judicial ou um tradutor jurídico.

#### Introdução

O aumento da mobilidade e da migração na União Europeia acarreta um aumento considerável do número de relações de toda a ordem (comerciais, jurídicas, académicas ou pessoais) entre cidadãos de diferentes nacionalidades e culturas, que falam diferentes línguas. Este aumento, por sua vez, gera uma grande multiplicidade de situações que requerem serviços de tradução e interpretação. Dado que muitas dessas situações têm de ser sancionadas ou testemunhadas pelas autoridades (frequentemente por tribunais ou outras instituições jurídicas), é muito comum pedirem-se traduções oficiais de documentos lavrados noutras línguas.

A tradução oficial constitui um meio de atestar factos num processo judicial ou administrativo, de promover o reconhecimento de factos jurídicos produzidos num país estrangeiro e de aplicar a lei nacional a cidadãos estrangeiros (direito internacional privado).

A organização e o enquadramento profissional dos serviços de tradução oficial diferem nos Estados-Membros da União Europeia (heterogeneidade de sistemas e práticas). Em Espanha ou na Grécia, onde vigoram sistemas de direito civil, o acesso à profissão de tradutor ajuramentado e as condições do seu exercício – em matéria de estatuto, pagamento de honorários ou certificação – são regidos por normas específicas.

#### O que é um tradutor jurídico?

O tradutor produz documentos escritos mediante a tradução de um texto de uma língua para outra. O **tradutor jurídico** deve dominar os conceitos básicos e a terminologia, não apenas do direito como também do domínio em causa. A tradução jurídica desempenha um papel fulcral na comunicação multilingue, uma vez que habilita particulares, empresas e serviços jurídicos e governamentais de diferentes línguas e culturas a comunicarem entre si, tanto no território dos diferentes Estados como além-fronteiras. A tradução jurídica requer conhecimento da terminologia própria e das convenções linguísticas utilizadas na elaboração dos documentos. Enquanto elemento de uma equipa jurídica com acesso a especialistas, o tradutor jurídico ajudá-lo-á a compreender cabalmente todos os casos concretos e a correspondente terminologia jurídica. Graças à compreensão de um ou mais sistemas jurídicos e seus procedimentos, o tradutor jurídico poderá auxiliá-lo na prática de atos jurídicos.

As normas profissionais em matéria de aptidão linguística, competências de tradução e conhecimento de sistemas, procedimentos, terminologia e convenções linguísticas aplicáveis em casos específicos revestem-se de enorme relevância para quem pretenda contratar os serviços de um tradutor jurídico.

#### O que é um intérprete jurídico?

O intérprete presta um serviço linguístico oral, recorrendo a uma de várias modalidades de interpretação de uma língua para outra (simultânea, consecutiva ou murmurada). Os **intérpretes jurídicos** são especialistas que trabalham principalmente com advogados em audiências de julgamento, depoimentos, audições, mediações e arbitragens, reuniões com clientes, etc. Estes especialistas ajudam-no a comunicar com outras partes em processos transnacionais.

#### Tradutor/intérprete judicial

Os **tradutores/intérpretes judiciais** estão autorizados a traduzir documentos oficiais (certidões de casamento, certificados de habilitações escolares, diplomas universitários, documentos e peças processuais, sentenças judiciais, etc.), bem como a prestar serviços de interpretação em juízo (por exemplo, quando as partes ou testemunhas prestam depoimento), em esquadras de polícia (durante interrogatórios, após uma detenção), ou junto de autoridades administrativas (no decurso de operações de controlo alfandegário, por exemplo). Os tradutores/intérpretes judiciais oficiais estão autorizados a autenticar as suas traduções mediante a aposição de um selo oficial.

Os tradutores/intérpretes judiciais têm geralmente formação universitária na ou nas suas línguas de trabalho e dominam diversas técnicas de tradução e de interpretação, embora os requisitos variem consoante os Estados-Membros.

A maioria dos Estados-Membros da UE dispõe de um sistema de seleção e nomeação de tradutores/intérpretes judiciais. Em regra, os tradutores ajuramentados estão também habilitados a trabalhar como intérpretes judiciais. Os tradutores/intérpretes judiciais são conhecidos por diferentes designações oficiais nos diversos países.

#### Como posso encontrar tradutores/intérpretes?

Atualmente, é possível encontrar tradutores ou intérpretes jurídicos acedendo a bases de dados nacionais nesta matéria. No entanto, há Estados-Membros que não dispõem deste tipo de bases de dados. Por vezes, os sítios dos Ministérios da Justiça ou dos tribunais regionais superiores dispõem de ligações para registos oficiais ou semioficiais de tradutores/intérpretes qualificados.

Em matéria penal, a **Diretiva 2010/64/UE** impõe aos Estados-Membros a obrigação de procurar criar um registo deste tipo até 27 de outubro de 2013, data-limite para a transposição da diretiva para o direito interno. Nos termos desta diretiva, os Estados-Membros devem instituir um procedimento ou mecanismo para averiguar se os suspeitos ou arguidos precisam da ajuda de um intérprete ou tradutor e, em caso afirmativo, cabe aos Estados-Membros satisfazer esta necessidade sem demora. Deve ser fornecida a tradução de documentos essenciais para garantir o exercício do direito de defesa e, exceionalmente, pode ser fornecida uma tradução ou um resumo oral desses documentos essenciais, desde que não se ponha em causa a imparcialidade do tribunal. Os Estados-Membros suportam os custos de interpretação e de tradução, independentemente do resultado do processo.

#### Para obter informações mais circunstanciadas sobre, por exemplo:

o organismo responsável por determinada base de dados nacional,  
as normas aplicáveis em matéria de recurso a tradutores e intérpretes,  
as áreas geográficas da responsabilidade dos diferentes tradutores e intérpretes,  
a formação e as qualificações dos tradutores e intérpretes,  
os custos,  
os sistemas de seguro e a existência de mecanismos de tratamento de queixas,

#### selecione uma das bandeiras do lado direito.

Última atualização: 01/02/2020

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Bélgica

Encontrará aqui informações sobre como procurar um intérprete ou um tradutor para atuar no âmbito de processos judiciais, se necessário através de um sítio Web oficial.

### Como encontrar um tradutor na Bélgica?

Atualmente, a Bélgica dispõe de duas bases de dados oficiais centrais, uma para os peritos judiciais e outra para os tradutores, intérpretes e tradutores-intérpretes.

Estas foram estabelecidas nos termos da Lei de 10 de abril de 2014.

Os seus nomes oficiais são os seguintes:

Registo Nacional de Peritos Judiciais

Registo nacional de tradutores, intérpretes e tradutores-intérpretes

A Lei entrou em vigor em 1 de dezembro de 2016.

Desde 15 de junho de 2017, estes registos estão abertos às autoridades judiciais. Isto significa que as secretarias judiciais e os serviços do Ministério Público deixarão de manter listas de peritos judiciais ou de tradutores/intérpretes.

Numa fase posterior, as autoridades policiais terão igualmente acesso a estes registos.

A longo prazo, o registo poderá ser consultado livremente por qualquer pessoa no [sítio Web do Serviço Público Federal de Justiça \(Service public fédéral Justice\)](#).

### Ligações úteis

[Registos nacionais de tradutores/intérpretes e de peritos judiciais](#)

Última atualização: 03/05/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Bulgária

A Bulgária não possui uma base de dados de tradutores e intérpretes.

Atualmente, não existe uma base de dados eletrónica de tradutores ajuramentados.

Nos termos do § artigo 6.º, n.º 4, das Disposições Finais da Lei que altera o Código de Processo Penal, o artigo 403.º da Lei do Sistema Judiciário foi objeto de alterações de modo a incluir um novo n.º 2, que prevê a emissão pelo Ministro da Justiça, em concertação com o Conselho Superior da Magistratura, de um regulamento que estabeleça: os procedimentos e prazos aplicáveis à apresentação de propostas de inscrição e de alteração das listas de especialistas certificados como tradutores; as condições a preencher; e as condições e o procedimento a seguir para determinar a sua remuneração. O Regulamento n.º N-1, de 16 de maio de 2014, sobre tradutores ajuramentados (Jornal Oficial n.º 43, de 23 de maio de 2014) foi emitido ao abrigo dessa habilitação estatutária. Todos os tribunais distritais ou administrativos, bem como o Tribunal Penal Especializado, dispõem de um registo no qual estão inscritos os profissionais certificados como tradutores ajuramentados. Os ministérios, as agências, as instituições, os municípios, as organizações profissionais e outras e os institutos académicos, bem como os futuros tradutores ajuramentados, podem apresentar propostas de inscrição nas listas de tradutores ajuramentados. As propostas de inscrição nas listas são apresentadas ao presidente do tribunal distrital ou administrativo competente ou ao presidente do Tribunal Penal Especializado.

As questões sobre o reconhecimento legal e a tradução de documentos são abrangidas pelo Regulamento relativo ao reconhecimento legal, à certificação e à tradução de documentos e de outros textos, adotado pelo Decreto n.º 184/1958 do Conselho de Ministros.

O Regulamento n.º 1, de 16 de janeiro de 2008, relativo à inscrição, às qualificações e aos honorários das testemunhas periciais foi revogado pelo Supremo Tribunal Administrativo. Foi elaborado um novo regulamento e publicado um projeto que está disponível para consulta pública no sítio Web do Ministério da Justiça, em conformidade com o disposto no artigo 26.º, n.º 2, da Lei relativa aos instrumentos legislativos. O projeto de regulamento foi enviado ao Conselho Superior da Magistratura e ao Ministério da Administração Interna para aprovação.

Última atualização: 08/05/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Chéquia

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor ou intérprete jurídico na República Checa

### Qual é o conteúdo da base de dados de especialistas e intérpretes?

Na base de dados de especialistas, tradutores e intérpretes da República Checa pode procurar pessoas aí inseridas como especialistas, tradutores e intérpretes – isto é, pessoas habilitadas a exercer as respetivas atividades. As listas de especialistas, tradutores e intérpretes mantidas por cada tribunal regional contêm uma secção dedicada aos especialistas e outra dedicada aos tradutores e intérpretes. Todos os tradutores e intérpretes que constam da lista estão habilitados a prestar serviços de interpretação e tradução em relação à língua referida na lista.

A [base de dados de especialistas e intérpretes checos](#) é gerida [Ministério da Justiça da República Checa](#). A responsabilidade pela exatidão dos dados é, no entanto, do tribunal regional competente.

### O acesso à base de dados de especialistas e intérpretes é gratuito?

O acesso a esta base de dados é gratuito.

### Como procurar um tradutor ou intérprete jurídico na base de dados de especialistas e intérpretes?

Através de um motor de pesquisa simples, pode procurar em linha os dados de contacto (e outros) dos especialistas, tradutores e intérpretes. A pesquisa de tradutores e intérpretes pode ser feita pela língua em que estão habilitados a trabalhar, pelo tribunal regional em cuja área de jurisdição residem ou pelo seu nome e apelido.

Última atualização: 15/06/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Dinamarca

A Dinamarca não dispõe de uma base de dados de tradutores/intérpretes acessível ao público.

Última atualização: 03/05/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Alemanha**

Esta página ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Alemanha.

#### **Como encontrar um intérprete ou tradutor jurídico na Alemanha**

A base de dados geral alemã de tradutores e intérpretes inclui todos os tradutores e intérpretes oficialmente ajuramentados, certificados e/ou que trabalham ao serviço do setor público em todos os Estados federados (Länder) alemães.

Cada Estado federado estipula os requisitos necessários para os tradutores e intérpretes serem oficialmente ajuramentados, certificados ou poderem atuar no setor público, pelo que estes requisitos variam consoante o Estado federado.

#### **O acesso à base de dados alemã de tradutores e intérpretes é gratuito?**

Sim.

#### **Como procurar um intérprete ou tradutor jurídico na Alemanha**

É possível pesquisar intérpretes e tradutores específicos através de um ou mais dos seguintes critérios: nome, município, língua. Se selecionar uma entrada específica dos resultados da pesquisa, serão apresentados detalhes suplementares (por exemplo, línguas de trabalho do tradutor/intérprete e contactos).

#### **Ligações úteis**

[🔗 Base de dados de intérpretes jurídicos \(justiz-dolmetscher.de\)](https://www.justiz-dolmetscher.de)

[🔗 Base de dados de tradutores jurídicos \(justiz-uebersetzer.de\)](https://www.justiz-uebersetzer.de)

[🔗 Base de dados de intérpretes dos tribunais \(gerichts-dolmetscher.de\)](https://www.gerichts-dolmetscher.de)

[🔗 Base de dados de tradutores dos tribunais \(gerichts-uebersetzer.de\)](https://www.gerichts-uebersetzer.de)

[🔗 Portal de intérpretes dos tribunais \(gerichtsdolmetscherverzeichnis.de\)](https://www.gerichtsdolmetscherverzeichnis.de)

[🔗 Portal de tradutores dos tribunais \(gerichtssuebersetzerverzeichnis.de\)](https://www.gerichtssuebersetzerverzeichnis.de)

Última atualização: 13/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Estónia**

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Estónia.

#### **Como encontrar um tradutor jurídico na Estónia**

O [🔗 Registo de tradutores ajuramentados da Estónia](https://www.registri.ee) disponibiliza informações relativas a tradutores ajuramentados e respetivos contactos.

O registo é gerido pelo **Ministério da Justiça da Estónia**.

#### **O acesso ao registo de tradutores é gratuito?**

Sim, o acesso ao registo é gratuito.

#### **Como procurar um tradutor jurídico**

Não existe uma forma específica de procurar tradutores. O sítio Web do Ministério da Justiça disponibiliza uma lista das línguas de tradução disponíveis. Depois de escolher a língua desejada, será direcionado para os nomes e contactos de tradutores habilitados para traduzir para e a partir dessa língua.

Última atualização: 13/08/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [en](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Irlanda**

A Associação de Tradutores e Intérpretes da Irlanda (ITIA), criada em 1986, é a única associação profissional na Irlanda que representa os interesses dos tradutores e intérpretes em exercício.

A base de dados da ITIA inclui as pessoas qualificadas e registadas para trabalhar como tradutores e intérpretes jurídicos.

Para encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete jurídico, pode efetuar uma pesquisa no sítio Web da ITIA a partir de uma lista de línguas de partida e de chegada, através da seguinte ligação: [🔗 https://www.translatorsassociation.ie/](https://www.translatorsassociation.ie/).

ITIA

19 Parnell Square North,

Dublin 1

D01 E102

Última atualização: 18/01/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Grécia**

A Grécia não dispõe de um sítio Web onde é publicada uma lista de tradutores ou de intérpretes ajuramentados. A digitalização das bases de dados e das respetivas plataformas eletrónicas encontra-se em curso.

#### **Como encontrar um tradutor ou um intérprete ajuramentado na Grécia?**

A interpretação e tradução nos tribunais gregos em processos penais são regidas pelos artigos 233.º a 238.º do Código de Processo Penal grego. Os intérpretes e tradutores são nomeados pelo tribunal competente a partir da lista pertinente, que é elaborada anualmente pelo Conselho Judicial do Tribunal de Pequena Instância Criminal e concluída pelo Conselho do Tribunal de Recurso. Em casos de extrema urgência, poderão ser nomeados intérpretes não incluídos nas listas referidas acima.

Em processos cíveis, o artigo 252.º do Código de Processo Civil determina a nomeação pelo tribunal de um intérprete nos casos em que uma testemunha, um perito ou uma das partes não fale grego. O Código do Procedimento Administrativo contém uma disposição semelhante no artigo 137.º.

De salientar ainda que existe um [Registo de Tradutores Certificados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros](#). Deste registo constam tradutores que procedem à tradução de documentos públicos e privados, em conformidade com o novo quadro legislativo.

Os documentos públicos estrangeiros de países signatários da Convenção da Haia de 1961 – ratificada na Grécia pela Lei n.º 1497/1984 ([Diário do Governo, série I, n.º 188](#)) – só são traduzidos se tiverem aposta uma apostila, em conformidade com o disposto na referida convenção. Todos os documentos estrangeiros têm de ser autenticados pela autoridade consular grega no país de origem do documento ou pela autoridade consular do país na Grécia.

O serviço de tradução não é prestado gratuitamente, sendo o seu custo determinado pelo ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros.

Além disso, de acordo com o Código dos Advogados (artigo 36.º da Lei n.º 4194/2013, [Diário do Governo, série I, n.º 208](#)), as funções do advogado incluem a tradução de documentos redigidos em língua estrangeira e a tradução de documentos gregos para qualquer língua estrangeira. A tradução é plenamente válida perante qualquer tribunal ou outra autoridade, desde que seja acompanhada por uma cópia autenticada do documento traduzido e desde que o advogado comprove que tem um conhecimento adequado da língua para a qual e a partir da qual o documento foi traduzido.

#### O acesso às bases de dados de tradutores gregos é gratuito?

A Grécia não dispõe de uma base de dados centralizada de tradutores/intérpretes gregos ajuramentados.

No entanto, existe uma base de dados dos membros da [Associação Pan-helénica de Tradutores](#) (membros da International Federation of Translators, FIT) que são tradutores profissionais (alguns dos quais são também intérpretes). Esta base de dados permite aos utilizadores procurar um intérprete /tradutor por língua e região.

Além disso, é possível encontrar informações sobre tradutores profissionais, por região da Grécia, na base de dados da [Associação Pan-helénica de Tradutores Profissionais Licenciados pela Universidade Jónica](#) (membro da FIT), cujos membros se especializam em duas das três línguas seguintes: inglês, francês e alemão (para mais informações sobre as especializações linguísticas dos membros da associação, contacte a própria associação).

#### Como procurar um tradutor ajuramentado na Grécia

Ver acima

#### Ligações úteis

[Registo de Tradutores Certificados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)

[União Pan-helénica de Tradutores](#)

[Associação Pan-helénica de Tradutores Profissionais Licenciados pela Universidade Jónica](#)

[Ministério da Justiça](#) (onde podem ser encontrados os contactos dos serviços do Ministério Público e dos tribunais gregos)

Última atualização: 14/06/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - Espanha

Esta secção do Portal ajuda-o a encontrar um intérprete ou tradutor jurídico em Espanha.

#### Como encontrar um intérprete ou tradutor jurídico em Espanha

##### I. Intérpretes e tradutores no domínio da administração da justiça:

Em Espanha, existem regras sobre intérpretes e tradutores ajuramentados no domínio da administração da justiça, que são resumidas a seguir:

O artigo 231.º, n.º 5, da Ley Orgánica del Poder Judicial (Lei Orgânica do Poder Judicial) estabelece que a habilitação como intérprete nos atos orais ou em língua gestual é efetuada em conformidade com as disposições do direito processual aplicável.

O artigo 440.º do Código de Processo Penal prevê o direito a ser assistido por um intérprete, e o artigo 441.º especifica que o intérprete será selecionado de entre as pessoas que detenham esse título na localidade em causa. Caso não haja ninguém com esse título, será nomeado um professor da língua em causa, e, caso também não haja nenhum, qualquer pessoa que domine a língua.

Por seu lado, o artigo 762.º, n.º 8, do Código de Processo Penal determina que, no caso de os arguidos ou testemunhas não falarem ou não entenderem a língua espanhola, se deve proceder em conformidade com o disposto nos artigos 398.º, 440.º e 441.º, não sendo necessário que o intérprete designado detenha um título oficial.

Além disso, o artigo 9.º da Lei que aprova o Estatuto das Vítimas (Lei 4/2015, de 27 de abril, relativa ao estatuto das vítimas da criminalidade) reconhece o direito à tradução e à interpretação.

De uma forma geral, quando se trata de **assuntos em matéria penal e civil com apoio judiciário**, as despesas incorridas com o tradutor ou intérprete são suportadas pelo Ministério da Justiça (ou pelas Comunidades Autónomas com competências em matéria de justiça), enquanto nos **procedimentos de direito civil que não gozam de apoio judiciário** tais despesas são suportadas pelo requerente. Por outro lado, o tradutor ou intérprete também intervém em determinados **procedimentos do contencioso administrativo**, designadamente os pedidos de asilo.

##### II. Intérprete ou tradutor ajuramentados

Para ser qualificado como tradutor ou intérprete ajuramentado é necessário passar no exame organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os detentores dessa qualificação estão habilitados a realizar traduções e interpretações oficiais.

#### O acesso à base de dados de tradutores em Espanha é gratuito?

Não existe em Espanha uma base de dados com informação relativa a intérpretes e tradutores.

#### Como encontrar um tradutor jurídico em Espanha

Todavia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação costuma publicar uma [lista](#) das pessoas que passaram nas provas para obtenção do título de intérprete ajuramentado.

O acesso à lista é gratuito e contém uma listagem ordenada alfabeticamente por línguas e por tradutores ajuramentados nessas línguas.

Última atualização: 26/02/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - França

Encontrará aqui informações sobre a procura de um intérprete para atuar no âmbito de processos judiciais ou de um tradutor, se necessário através de um sítio Web oficial.

## Como encontrar um tradutor em França

O serviço de documentação e estudos do Tribunal de Cassação (*Cour de cassation*) disponibiliza no seu sítio Web:

a lista, em formato PDF, dos peritos aprovados pelo Tribunal de Cassação. O referido sítio Web inclui ainda hiperligações para os sítios Web de certos tribunais de recurso. A lista de peritos aprovados pelo Tribunal de Cassação é elaborada anualmente pela Mesa do Tribunal. listas de peritos judiciais elaboradas por cada tribunal de recurso, que incluem, nomeadamente, os peritos inscritos nas rubricas de tradução e interpretação. As listas de peritos judiciais elaboradas pelos tribunais de recurso são atualizadas por estes e transmitidas, com uma frequência variável, ao Tribunal de Cassação.

O Tribunal de Cassação não dispõe de uma base de dados propriamente dita, que integre todos os intérpretes e tradutores.

Existem listas com os nomes, contactos, ano de nascimento e especialidade dos peritos para 36 tribunais de recurso.

### A procura de um tradutor ou de um intérprete é um serviço pago?

Não, o acesso aos sítios Web não está sujeito a quaisquer restrições.

## Contexto ou antecedentes históricos das listas de tradutores em França

### Antecedentes históricos

As primeiras listas de peritos foram oficialmente introduzidas no sistema judiciário francês, em matéria penal, por uma lei de 30 de novembro de 1892.

Paralelamente, existiam listas oficiosas de técnicos normalmente designados em matéria cível.

A Lei n.º 71-498, de 29 de junho de 1971, criou, para os tribunais judiciais, uma lista única simultaneamente cível e penal em cada tribunal de recurso, na qual os peritos inscritos se encontram classificados por especialidade. Essa lista era completada e alterada todos os anos. A inscrição era renovada anualmente mas, na prática, era restabelecida para os peritos que não tivessem sido objeto de críticas graves. Foi criada igualmente uma lista nacional de peritos, elaborada pela Mesa do Tribunal de Cassação, que funcionava em condições comparáveis.

### Condições de inscrição

A inscrição nas listas de peritos judiciais foi profundamente reformada pela Lei n.º 2004-130, de 11 de fevereiro de 2004, e pelo Decreto n.º 2004-1463, de 23 de dezembro de 2004. No que diz respeito à lista dos tribunais de recurso, os pedidos são enviados anualmente, antes de 1 de março, ao Procurador da República junto do tribunal de grande instância da sede do Tribunal de Recurso. O Procurador da República instrui os pedidos de inscrição e transmite-os ao procurador-geral, que consulta o primeiro presidente do tribunal de recurso.

As listas são elaboradas anualmente, durante a primeira quinzena de novembro, pelo plenário dos magistrados judiciais do tribunal de recurso, que tem em conta as necessidades dos tribunais da sua jurisdição.

A inscrição inicial nas listas dos tribunais de recurso, numa rubrica específica, é feita por um período probatório de cinco anos, no termo dos quais a experiência do interessado e a aquisição dos conhecimentos jurídicos necessários ao bom desempenho das suas funções são avaliadas na perspetiva de uma eventual reinscrição mediante apresentação de uma nova candidatura. O perito é, em seguida, reinscrito por um período de cinco anos, após reapreciação do seu dossiê e a emissão de parecer por uma comissão constituída por peritos e magistrados.

O Decreto n.º 2012-1451, de 24 de dezembro de 2012, veio precisar os critérios de inscrição já previstos no Decreto n.º 2004-1463, de 23 de dezembro de 2004. Os pedidos devem ser analisados tendo em conta as qualificações e a experiência profissional dos candidatos, incluindo as competências adquiridas em qualquer outro Estado Membro da União Europeia e o interesse manifestado em colaborar com o serviço público da justiça.

**Só podem ser inscritos na lista nacional os peritos que constem da lista de um tribunal de recurso há cinco anos consecutivos ou que comprovem possuir competências reconhecidas num Estado-Membro da União Europeia que não a França e adquiridas, nomeadamente, através do exercício nesse Estado, durante pelo menos cinco anos, de atividades suscetíveis de fornecer aos tribunais informações técnicas no âmbito da sua atividade judicial.**

A inscrição na lista nacional é efetuada por um período de sete anos.

No que se refere ao processo de inscrição ou reinscrição nesta lista, o procurador-geral junto do Tribunal de Cassação recebe esses pedidos, que devem ser apresentados antes de 1 de março, instruí-los e recolhe o parecer do primeiro presidente e do procurador-geral junto do tribunal de recurso onde o interessado se encontra inscrito. Na primeira quinzena de dezembro, a Mesa do Tribunal de Cassação elabora depois a lista nacional, sem consultar a procuradoria-geral.

### Nomenclatura das rubricas das listas de peritos

Nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 2004-1463, de 23 de dezembro de 2004, um despacho do Ministro da Justiça de 10 de junho de 2005 estabeleceu, para o conjunto do território nacional, uma nomenclatura harmonizada das rubricas das listas de peritos. A lista está dividida em ramos (de natureza económica, como, por exemplo, a agricultura, a saúde, a indústria...), rubricas (correspondentes a disciplinas, como, por exemplo, a medicina, a cirurgia) e especialidades (que especifica as disciplinas: alergologia, cirurgia digestiva...). Existe um ramo « H » « interpretação-tradução », que inclui uma rubrica interpretação (« H1 ») e uma rubrica tradução (« H2 »), divididas em especialidades por categorias linguísticas (línguas românicas, germânicas, eslavas...). As especialidades possuem assim títulos suficientemente abrangentes para incluírem todas as línguas faladas ou escritas. Inclui igualmente uma rubrica linguagem gestual e linguagem oral com apoio gestual (« H3 »).

No âmbito da elaboração da nova nomenclatura harmonizada das especialidades dos peritos, os tradutores e os intérpretes foram pois mantidos nas listas de peritos judiciais, embora incluídos numa rubrica específica. Com efeito, embora esses profissionais não tenham por principal missão a realização de peritagens no sentido estrito do termo, não deixam de ser, tal como os peritos judiciais, colaboradores ocasionais do serviço público da justiça, e podem, se for caso disso, ser designados na qualidade de técnicos, nos termos do artigo 232.º do Código de Processo Civil, para realizar, a pedido dos tribunais, verdadeiros atos de instrução, nomeadamente consultas.

Tendo em conta estas considerações, não se afigurou oportuno, no âmbito da reforma de 2004, sujeitar os tradutores e os intérpretes a um regime especial de inscrição em listas distintas.

Última atualização: 08/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Croácia

O estatuto de intérprete judicial permanente (*Stalni sudski tumač*) é regulado, de um modo geral, pela Lei dos Tribunais (*Zakon o sudovima*) [*Narodne novine* (NN; Jornal Oficial da República da Croácia) n.os 28/13, 33/15, 82/15, 82/16 e 67/18] e pelas Regras relativas aos intérpretes judiciais permanentes (*Pravilnik o stalnim sudskim tumačima*) (NN n.os 88/08 e 119/08), enquanto os seus direitos e obrigações em processos individuais são regulados por leis processuais especiais [Lei de Processo Civil (*Zakon o parničnom postupku*), Lei de Processo Penal (*Zakon o kaznenom postupku*)].

Para ser elegível para o estatuto de intérprete judicial permanente, o requerente deve preencher as condições gerais de admissão à função pública e, além disso, as seguintes condições específicas:

para além do conhecimento da língua croata, deve dominar plenamente uma língua estrangeira e, se, para além do croata, a língua de uma comunidade étnica ou nacional ou de uma minoria for uma língua oficial na área de jurisdição do tribunal, deve também dominar plenamente essa língua, deve estar familiarizado com a organização do sistema judicial, a administração do Estado e a terminologia jurídica, deve possuir um diploma universitário.

Não podem ser nomeadas intérpretes judiciais permanentes as pessoas que estejam impedidas de ingressar na função pública nos termos do artigo 49.º, alínea a), da Lei dos Funcionários Públicos (*Zakon o državnim službenicima*), as pessoas que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, por um crime que resulte na sua inidoneidade para o exercício das funções de intérprete judicial permanente enquanto as consequências jurídicas da condenação persistirem, ou as pessoas que estejam proibidas de exercer a profissão no momento da apresentação do pedido de nomeação como intérprete judicial permanente.

Os nacionais de um Estado-Membro da UE ou de um país terceiro também podem ser nomeados intérpretes judiciais permanentes se estiverem familiarizados com o sistema judiciário, a administração do Estado e a terminologia jurídica, se possuírem um diploma universitário e se, para além do conhecimento da língua do seu país de origem, dominarem plenamente a língua croata ou a língua de uma comunidade étnica ou nacional ou de uma minoria.

#### **Intérpretes judiciais permanentes**

##### **Associação de tradutores e intérpretes judiciais (*Udruga sudskih tumača i prevoditelja*)**

A associação foi criada em 2000 com o objetivo de promover, desenvolver e proteger a atividade e a profissão dos tradutores e intérpretes judiciais, bem como de contribuir ativamente para o funcionamento do Estado de direito e a proteção dos direitos humanos.

##### **Udruga sudskih tumača i prevoditelja**

Vrazova 15

42 000 Varaždin

Tel.: +385 95 5654350

Endereço eletrónico:  [info@ustip.hr](mailto:info@ustip.hr)

##### **Associações de intérpretes judiciais permanentes (*Udruge stalnih sudskih tumača*)**

Na Croácia, existem seis associações de intérpretes judiciais permanentes cujos programas de formação destinados àqueles que pretendam tornar-se intérpretes judiciais permanentes foram aprovados pelo Ministério da Justiça.

##### **Associação profissional croata de intérpretes judiciais (*Hrvatska Strukovna udruga sudskih tumača, HSUST*)**

Fundada em 2007, é uma das seis associações profissionais da Croácia acreditadas para prestar formação a futuros intérpretes judiciais permanentes. Para além da formação prestada a futuros intérpretes judiciais, a associação facilita a ligação entre os intérpretes judiciais da República da Croácia e de toda a Europa.

Os formadores são advogados e professores que lecionam a língua específica do candidato e que são, eles mesmos, intérpretes judiciais em funções.

##### **Hrvatska strukovna udruga sudskih tumača**

Draškovićeve 25

10 000 Zagreb

Tel.: +385 99 502 19 26

Endereço eletrónico:  [hrsust@gmail.com](mailto:hrsust@gmail.com)

##### **Associação de intérpretes judiciais permanentes (*Udruga stalnih sudskih tumača, USST*)**

A associação foi criada em 19 de fevereiro de 2010 e tem sede em Zagrebe. Trata-se de uma associação profissional sem fins lucrativos que admite unicamente como membros ordinários intérpretes judiciais permanentes, o que a distingue de outras associações equivalentes e similares.

As principais atividades da associação incluem: a criação de redes de profissionais e o desenvolvimento profissional dos membros; a organização de conferências, palestras, seminários, congressos, reuniões e outros encontros entre profissionais sobre temas pertinentes; a cooperação com outras associações e organizações equivalentes e similares no estrangeiro, bem como com todas as organizações que apoiam o trabalho da associação.

Em 8 de junho de 2012, a USST foi admitida como membro da Associação Europeia de Tradutores e Intérpretes Jurídicos (*European Legal Interpreters and Translators Association, EULITA*), uma associação internacional de intérpretes judiciais sem fins lucrativos. Em 1 de agosto de 2013, por decisão unânime, tornou-se membro de pleno direito da EULITA.

##### **Udruga stalnih sudskih tumača (USST)**

Alberta Fortisa 15A

10 090 Zagreb

Tel./Fax: +385 1 386 40 43

Endereço eletrónico:  [info@usst.hr](mailto:info@usst.hr)

 <http://www.usst.hr/>

##### **Sociedade de tradutores e intérpretes judiciais (*Društvo sudskih tumača i prevoditelja*)**

A sociedade de tradutores e intérpretes judiciais é uma organização profissional criada em 1989, que possui o estatuto de pessoa coletiva e está inscrita no Registo de Associações da República da Croácia.

A associação dedica-se principalmente às seguintes atividades: promoção e desenvolvimento da profissão de tradutor, organização de conferências, palestras, seminários, congressos, reuniões e outros encontros sobre temas pertinentes; criação de redes de profissionais e desenvolvimento profissional dos membros; participação ativa na elaboração de atos jurídicos relacionados com o perfil dos tradutores/intérpretes judiciais.

##### **Društvo sudskih tumača i prevoditelja**

Bijenička cesta 144

10 000 Zagreb

Tel.: + 385 98 454007

Tel./fax: +385 1 615 33 85

Endereço eletrónico:  [irena.gizdavic@gmail.com](mailto:irena.gizdavic@gmail.com),  [info@dstip.hr](mailto:info@dstip.hr)

 <https://www.dstip.hr/>

##### **Associação de intérpretes judiciais TEMPUS (*Udruga sudskih tumača TEMPUS*)**

Esta organização é uma pessoa coletiva inscrita no Registo de Associações da República da Croácia.

A TEMPUS dedica-se à promoção da profissão de tradutor, organizando conferências, palestras, seminários, congressos, bem como formação profissional, e facilita a criação de redes de tradutores e intérpretes jurídicos permanentes.

## Udruga sudskih tumača TEMPUS

Maksimirska 103

10 000 Zagreb

Tel.: +385 98 421 848, +385 91 5161 664

Endereço eletrónico: [✉ tumaci.tempus@gmail.com](mailto:tumaci.tempus@gmail.com)

[✉ https://www.tempus-obuka.hr/](https://www.tempus-obuka.hr/)

### Associação de tradutores e intérpretes judiciais (*Udruga sudski tumači i prevoditelji, STIP*)

Rendićeva 7a

21 000 Split

Tel.: +385 98 473 470, +385 21 783 422

Endereço eletrónico: [✉ info@tumac-prevoditelj.com](mailto:info@tumac-prevoditelj.com)

[✉ http://www.tumac-prevoditelj.com/](http://www.tumac-prevoditelj.com/)

Podružnica Rijeka

Prolaz Marije Krucifikse Kozulić 2

51 000 Rijeka

Tel.: +385 98 943 8974, +385 98 942 6580

Endereço eletrónico: [✉ info-ri@tumac-prevoditelj.com](mailto:info-ri@tumac-prevoditelj.com)

### Associação profissional de intérpretes judiciais permanentes (*Strukovna udruga stalnih sudskih tumača*)

Čučerska cesta 11

10 000 Zagreb

Tel.: +385 1 2983 147

### Associação de tradutores e intérpretes judiciais (*Udruga sudskih tumača i prevoditelja*)

A associação foi criada em 2000 com o objetivo de promover, desenvolver e proteger a atividade e a profissão dos tradutores e intérpretes judiciais, bem como de contribuir ativamente para o funcionamento do Estado de direito e a proteção dos direitos humanos.

Vrazova 15

42 000 Varaždin

Tel.: +385 95 5654350

Endereço eletrónico: [✉ info@ustip.hr](mailto:info@ustip.hr)

Última atualização: 18/04/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

### Tradutores/Intérpretes jurídicos - Itália

A Itália não dispõe de uma base de dados nacional de tradutores e intérpretes, no intuito de permitir que os juízes escolham livremente os tradutores e intérpretes que considerarem mais competentes.

Última atualização: 24/02/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

### Tradutores/Intérpretes jurídicos - Chipre

Desde **1 de julho de 2019**, as traduções certificadas em Chipre estão sujeitas às regras estabelecidas na Lei 45(I)/2019 relativa ao registo e regulamentação dos serviços prestados por tradutores ajuramentados.

Nos termos desta lei, qualquer organismo público ou privado que necessite de uma tradução certificada deve contactar diretamente um tradutor ajuramentado inscrito no [✉ Registo de Tradutores Ajuramentados](#) do [✉ Conselho de Tradutores Ajuramentados](#).

A lei define a «tradução certificada» como uma tradução válida e correta de um texto ou documento escrito de uma língua estrangeira para grego ou turco e vice-versa ou do grego para turco e vice-versa, devidamente carimbada e com o selo público da República de Chipre.

Os tradutores ajuramentados traduzem documentos para utilização pública oficial em Chipre ou no estrangeiro, como certificados de estudos, certidões de casamento, certidões de nascimento, certidões de óbito, certidões do registo criminal, passaportes, documentos de identidade, contas bancárias, títulos de propriedade, documentos empresariais, relatórios médicos e documentos jurídicos.

**Línguas abrangidas:** alemão, árabe, arménio, bósnio, búlgaro, checo, chinês, croata, dinamarquês, eslovaco, espanhol, estónio, francês, georgiano, inglês, italiano, letão, lituano, macedónio, neerlandês, norueguês, persa, polaco, romeno, russo, sérvio, sueco, turco e ucraniano para grego e vice-versa.

### DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA TRADUÇÃO

Todos os documentos apresentados para tradução devem ser autênticos e devidamente legalizados mediante aposição de apostila ou de um selo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (certificação diplomática). Os documentos devem ser legalizados antes de serem traduzidos. No que respeita aos países da UE, o Regulamento (UE) 2016/1191 prevê que a aposição ou não de apostila é deixada ao critério da parte que apresenta o documento. O boletim informativo do Ministério da Justiça e da Ordem Pública fornece mais informações sobre a [✉ certificação de documentos](#) e enumera os Estados signatários da [✉ Convenção da Haia relativa à apostila](#);

No que diz respeito aos documentos que não requerem a aposição de uma apostila, mas que devem ser legalizados mediante a aposição de um selo diplomático, a parte que apresenta o documento para tradução deve contactar o departamento competente do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros para obter informações adicionais;

Para informações sobre a tradução de certificados de conclusão do ensino secundário, consultar [✉ aqui](#).

Para mais informações, contacte o Gabinete de Imprensa e Informação através do número de telefone +357 22801105 ou +357 22801133 ou envie uma mensagem de correio eletrónico para: [✉ translations@pio.moi.gov.cy](mailto:translations@pio.moi.gov.cy)

Para informações sobre as tarifas de tradução, consultar [✉ aqui](#).

A Lei de 2019 relativa ao registo e regulamentação dos serviços prestados por tradutores ajuramentados em Chipre pode ser consultada [✉ aqui](#).

Para informações sobre o Conselho de Tradutores Ajuramentados, consultar [aqui](#).

Última atualização: 11/03/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [LV](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Letónia**

Não existe uma base de dados dos tradutores/intérpretes na Letónia.

O tribunal faculta às partes de um [processo cível](#) que recebam apoio judiciário por parte do Estado ou que estejam isentas do pagamento de custas judiciais o direito de tomarem conhecimento dos materiais do processo e de participarem no mesmo com o apoio de um intérprete, caso não dominem a língua utilizada.

O tribunal faculta às partes de um [processo administrativo](#) que não dominem a língua utilizada – salvo aos representantes de entidades jurídicas – o direito de tomarem conhecimento dos materiais do processo e de participarem no mesmo com o apoio de um intérprete.

O tribunal pode ainda, a seu critério, aceitar que as entidades jurídicas sejam assistidas por um intérprete.

Nos [processos penais](#), se as pessoas com o direito de defesa, vítimas e respetivos representantes, testemunhas, especialistas, peritos, auditores e outras pessoas chamadas a participar pela entidade oficial que conduz o processo não dominarem a língua oficial do país, têm o direito de utilizar uma língua que dominem no decorrer dos atos processuais e a ser gratuitamente assistidas por um intérprete, sendo os serviços deste último fornecidos pela entidade oficial que conduz o processo. Na fase de instrução, o juiz de instrução ou o órgão jurisdicional garante a presença de um intérprete durante a análise da matéria que lhe foi submetida.

Última atualização: 05/04/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Lituânia**

Não existe na Lituânia uma base de dados de tradutores e intérpretes.

##### **Como procurar um tradutor jurídico na Lituânia**

Nos processos judiciais, o tribunal disponibiliza um tradutor/intérprete.

Podem ser procurado um tradutor ou um intérprete privado, para fins pessoais, nos seguintes sítios Web:

[ADGLORIAM](#)

[MAGISTRAI](#)

[VERTIMUBIURAS](#)

[MULTILINGUA](#)

Última atualização: 07/04/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Luxemburgo**

Esta secção do portal ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete no Luxemburgo.

##### **Como encontrar um tradutor ou intérprete jurídico no Luxemburgo?**

O Ministério da Justiça mantém uma lista coordenada atualizada dos [tradutores e intérpretes ajuramentados](#) que pode ser consultada no sítio Internet do Ministério da Justiça e que contém igualmente informações de carácter geral.

##### **O acesso à base de dados dos tradutores do Luxemburgo é gratuito?**

O acesso à base de dados de tradutores do Luxemburgo é gratuito.

##### **Ligações úteis**

[Ministério da Justiça](#)

Última atualização: 20/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Hungria**

A Hungria não tem uma base de dados electrónica centralizada de tradutores jurídicos e de intérpretes judiciais.

##### **Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Hungria?**

A atividade de tradução ou interpretação especializada só pode ser exercida por tradutores ou intérpretes especializados e qualificados, no âmbito de um contrato de trabalho ou de outra relação de trabalho remunerado.

Com as exceções referidas abaixo, as traduções certificadas e a certificação de traduções e de cópias de traduções de documentos em língua estrangeira podem ser efetuadas pelo Serviço Nacional de Tradução e Certificação (Országos Fordító és Fordításhitelesítő Iroda Zrt – OFFI).

A Lei do Notariado n.º XLI de 1991 estabelece que os notários que estão habilitados a redigir documentos em línguas estrangeiras podem efetuar também traduções certificadas a partir dessas línguas nos domínios abrangidos pela sua competência notarial, bem como certificar as traduções desses documentos. Os notários procedem à certificação das traduções de documentos originais mediante a inserção de uma cláusula de certificação no final da tradução.

As missões diplomáticas, incluindo as secções consulares, podem efetuar traduções e cópias de documentos em língua estrangeira e certificar documentos, em conformidade com a lei e os tratados internacionais.



Os tradutores especializados e qualificados e os revisores especializados também estão habilitados a fazer, para qualquer língua oficial da UE (escolhida pela empresa), traduções de certidões do registo comercial e traduções autênticas de documentos da empresa e dados sobre as empresas destinados ao registo comercial.

O OFFI presta serviços de interpretação nos tribunais, procuradorias e autoridades com poderes coercivos situados em Budapeste. Está igualmente obrigado a prestar serviços de interpretação nos tribunais, procuradorias e autoridades com poderes coercivos situados fora de Budapeste que não possam disponibilizar estes serviços através da nomeação de um intérprete qualificado ou outra pessoa idónea.

#### Ligações úteis

##### [Serviço Nacional de Tradução e Certificação \(OFFI\)](#)

Última atualização: 06/04/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - Malta

Malta dispõe agora de uma base de dados de tradutores e intérpretes jurídicos.

Para os processos penais, está disponível uma lista de intérpretes/tradutores para os magistrados e funcionários judiciais. Esta lista é mantida e gerida pela **Secretaria do Tribunal Penal**. Na perspetiva da entrada em vigor da Diretiva relativa ao direito à interpretação e à tradução em processos penais, a referida lista foi recentemente incluída nos serviços judiciais disponíveis em linha:

[https://justice.gov.mt/en/COJ/Pages/Interpreters\\_and\\_Translators.aspx](https://justice.gov.mt/en/COJ/Pages/Interpreters_and_Translators.aspx)

Sempre que é necessário recorrer aos serviços de um intérprete ou de um tradutor no decorrer de um processo penal, este é nomeado por um magistrado. A existência da lista supracitada não impede o magistrado de ignorar na sua totalidade e de nomear qualquer outra pessoa que considere idónea para a prestação de serviços de interpretação ou tradução. O nome desta pessoa é subsequentemente acrescentado à lista. Para mais informações, contacte por escrito a «Secretaria do Tribunal Penal, Tribunais de Justiça, Valeta, Malta».

**Nos processos cíveis**, as partes podem nomear um tradutor ou intérprete à sua escolha, sendo os custos inerentes suportados pela parte que requer estes serviços. A administração do tribunal não intervém neste processo. No entanto, os tribunais cíveis podem utilizar a lista disponível para os tribunais penais, que, como acima referido, está disponível em linha para o público.

A lista de tradutores e intérpretes de Malta encontra-se igualmente integrada no **sistema informático de gestão de processos judiciais (LECAM)**, estando a sua consulta geralmente reservada exclusivamente aos funcionários judiciais e a profissionais de Direito. Todavia, no que diz respeito a processos de natureza cível, o público em geral pode **aceder** ao sistema LECAM através de computadores disponíveis nas secretarias dos tribunais.

Os aditamentos à lista de peritos são efetuados pelos funcionários judiciais responsáveis pela manutenção desta base de dados. As entradas de nomes de peritos na lista são *associadas* ao processo judicial para o qual os peritos em causa foram nomeados para efeitos de prestação dos seus serviços profissionais.

Última atualização: 27/10/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - Países Baixos

Esta página contém informações sobre o registo dos intérpretes e tradutores ajuramentados nos Países Baixos e a prorrogação dessa inscrição.

##### Lei dos intérpretes e tradutores ajuramentados (*Wet beëdigde tolken en vertalers*)

A [Lei relativa aos intérpretes e tradutores judiciais ajuramentados \(Wbvt\)](#) é aplicável nos Países Baixos. Esta lei rege as normas e os regulamentos aplicáveis aos intérpretes ajuramentados, que fornecem traduções orais de discursos proferidos noutras línguas, e aos tradutores ajuramentados, que fornecem traduções escritas de textos escritos noutras línguas.

A interpretação e a tradução são profissões liberais, o que significa que, em princípio, independentemente da formação ou da experiência, qualquer pessoa pode estabelecer-se como intérprete ou tradutor independente. Para tal, não precisa de estar inscrito no [registo de tradutores e intérpretes ajuramentados \(Rbtv\)](#). O Rbtv é uma base de dados que contém informações sobre intérpretes e tradutores ajuramentados nos Países Baixos, gerida pelo [Serviço de Interpretadores e Tradutores Ajuramentados](#). Para poder exercer a atividade de intérprete ajuramentado ou tradutor ajuramentado, tem de estar inscrito no Rbtv. O registo está sujeito a determinados requisitos. Para mais informações, consulte o sítio Web do [Gabinete de Intérpretes e Tradutores Ajuramentados](#).

##### Que informações constam do registo neerlandês?

Em conformidade com o [artigo 2.º da Wbvt](#), o registo dos intérpretes e tradutores ajuramentados contém, para cada intérprete ou tradutor aí inscrito, os seguintes dados:

dados de contacto;

indicação de que a pessoa em causa é um intérprete ou um tradutor;

a(s) língua(s) de partida ou de chegada em que o intérprete ou tradutor trabalha; e

quaisquer outras competências específicas que o intérprete ou tradutor considere útil inscrever no registo.

##### Quem é responsável pelo registo?

Embora a responsabilidade final pelo registo caiba ao Ministro da Justiça e da Segurança, este é gerido pelo Gabinete de Intérpretes e Tradutores Ajuramentados (Gabinete Wbvt).

##### O acesso ao registo neerlandês de intérpretes e tradutores ajuramentados é gratuito?

Não, a inscrição no registo de intérpretes e tradutores ajuramentados está sujeita a custos. Para mais informações, consulte o sítio Web do [Gabinete de Intérpretes e Tradutores Ajuramentados](#).

##### Como encontrar um tradutor jurídico nos Países Baixos

A base de dados permite efetuar pesquisas pelo nome ou combinação(ões) linguística(s).

#### Ligações úteis

[Gabinete de Intérpretes e Tradutores Ajuramentados](#)

[Registo de Intérpretes e Tradutores Ajuramentados](#)

Última atualização: 24/07/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Áustria**

Esta página ajuda-o a encontrar um tradutor ou intérprete jurídico na Áustria.

##### **Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Áustria?**

O Ministério Federal da Justiça austríaco mantém uma lista (*Gerichtsdolmetscherliste*) de intérpretes judiciais que demonstraram satisfazer determinados requisitos legais (tais como conhecimentos especializados adequados), prestaram um juramento e foram certificados pelos tribunais.

**Essa lista pode ser consultada através do sítio Web JustizOnline, o serviço de informação digital do sistema judicial austríaco ([justizonline.gv.at](http://justizonline.gv.at)). É possível efetuar uma pesquisa dos intérpretes com base em critérios definidos. O acesso à lista de intérpretes judiciais é gratuito?**

O sítio Web JustizOnline é acessível ao público, gratuitamente.

##### **Como procurar um tradutor jurídico na Áustria?**

A partir do JustizOnline pode encontrar **tradutores ou intérpretes** através dos seguintes critérios de pesquisa:

Língua

Província, e

Comarca judicial.

Uma pesquisa em texto integral permite uma pesquisa mais direcionada da lista, por exemplo, com base em especializações indicadas pelos intérpretes judiciais.

##### **O acesso à base de dados dos tradutores é gratuito?**

A página Web é acessível ao público, gratuitamente.

##### **Ligações úteis**

[🔗 Lista de tradutores e intérpretes judiciais](#)

[🔗 Pesquisa por intérprete \(\[justizonline.gv.at\]\(http://justizonline.gv.at\)\)](#)

Última atualização: 08/09/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Polónia**

Esta página ajuda-o a encontrar tradutores e intérpretes jurídicos na Polónia.

##### **Qual é o conteúdo da base de dados de tradutores polacos?**

A Polónia dispõe de:

uma lista de [🔗 tradutores e intérpretes ajuramentados](#) mantido pelo **Ministério da Justiça polaco**,

uma base de dados de [🔗 tradutores e intérpretes](#) gerida pela Associação de Tradutores e Intérpretes Polacos,

uma lista de [🔗 tradutores e intérpretes](#) mantida pela Sociedade Polaca de Tradutores Ajuramentados e Especializados (TEPIS),

uma base de dados de [🔗 tradutores e intérpretes](#) da Sociedade do Báltico de Tradutores e Intérpretes,

uma base de dados de [🔗 tradutores e intérpretes](#) mantida pela Associação Lubelskie de Tradutores e Intérpretes.

##### **O acesso à base de dados de tradutores polacos é gratuito?**

Sim, o acesso à base de dados é **gratuito**.

##### **Como procurar um tradutor ou intérprete jurídico na Polónia**

##### **Base de dados de tradutores e intérpretes ajuramentados**

A base de dados de tradutores e intérpretes ajuramentados permite **procurar** um tradutor ou um intérprete por:

apelido,

tipo de tradução,

cidade,

língua.

##### **Base de dados de tradutores e intérpretes**

Pode efetuar uma **pesquisa** na base de dados de tradutores e intérpretes por:

apelido,

cidade,

língua,

especialização (interpretação, tradução literária, tradução jurídica).

Última atualização: 07/12/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Portugal**

Portugal não dispõe de uma base de dados de tradutores jurídicos ou intérpretes.

Última atualização: 07/04/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Roménia**

Esta página ajudá-lo a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Roménia.

**Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Roménia**

A [base de dados de tradutores e intérpretes certificados da Roménia](#) é gerida pelo **Ministério da Justiça romeno**. Contém informações sobre tradutores e intérpretes certificados por este ministério.

Estes profissionais ajuramentados prestam serviços de tradução e interpretação a pedido das seguintes entidades:

Conselho Superior da Magistratura;  
Ministério da Justiça;  
Supremo Tribunal de Cassação e Justiça;  
Ministério Público;  
Serviço Nacional contra a Corrupção;  
Autoridades de investigação penal;  
Tribunais;  
Notários;  
Advogados;  
Oficiais de justiça.

A Lei n.º 178/1997 regula a certificação e os honorários dos intérpretes e dos tradutores que prestam serviços em autoridades de investigação penal, tribunais, notários, advogados, Ministério da Justiça e as restantes instituições supramencionadas.

A base de dados de tradutores disponibiliza informações a partir de 2002.

#### **O acesso à base de dados dos tradutores é gratuito?**

A base de dados disponibiliza **gratuitamente** as seguintes informações:

nome do tradutor ou intérprete certificado;  
língua ou línguas para as quais o tradutor ou intérprete se encontra certificado;  
número de certificação;  
número de telefone.

A base de dados também disponibiliza, mediante pagamento, as seguintes informações:  
número de identificação pessoal;  
morada.

#### **Como procurar um tradutor certificado na Roménia**

**A pesquisa na base de dados pode ser efetuada através dos seguintes critérios:**

**Nome** do tradutor ou intérprete;

Nome do **tribunal de recurso** competente (os tribunais de recurso ostentam o nome do respetivo município. Uma vez que existem 15 tribunais de recurso na Roménia, cada um deles com jurisdição territorial sobre processos judiciais correspondentes a cada uma das regiões administrativas do país, este critério de pesquisa pode ser utilizado, na prática, para identificar todos os tradutores que exercem a sua atividade nas áreas geográficas e administrativas que se encontram sob a jurisdição de um determinado tribunal);

**Pares linguísticos** (se for visualizada uma língua estrangeira, o respetivo par será a língua romena);

**Número de certificação;**

**Prazo de validade da certificação** (esta pesquisa pode ser efetuada escrevendo *ordin* – ordem, em português – no campo apropriado, que corresponde a um instrumento jurídico emitido pelo Ministério da Justiça para suspender ou revogar a certificação de um tradutor).

Última atualização: 22/10/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### **Tradutores/intérpretes jurídicos - Eslovénia**

Esta página oferece informações gerais sobre a base de dados de intérpretes ajuramentados eslovena.

#### **Que informação é mantida no registo dos intérpretes ajuramentados esloveno?**

O **Ministério da Justiça** é responsável pela gestão do [registo dos intérpretes ajuramentados](#). A legislação eslovena não diferencia entre intérpretes e tradutores. Todos os intérpretes ajuramentados devem estar habilitados a prestar serviços de interpretação e de tradução.

O registo dos intérpretes ajuramentados contém a seguinte informação pública:

Apelido(s)  
Nome(s) próprio(s)  
Endereço  
Código Postal  
Localidade  
Telefone  
Endereço eletrónico  
Língua

O registo contém ainda algumas informações não disponíveis ao público:

Título profissional  
Data da nomeação  
Profissão  
Data e local de nascimento  
Número de identificação  
Detalhes sobre o cargo ou outro estatuto

#### **A base de dados de intérpretes ajuramentados eslovena pode ser consultada gratuitamente?**

Sim. O acesso à base de dados é gratuito.

#### **Como encontrar um intérprete ajuramentado na Eslovénia**

A base de dados de [intérpretes ajuramentados](#) inclui um motor de pesquisa integrado com acesso a todos os dados disponíveis ao público, permitindo pesquisar através dos seguintes parâmetros:

Nome(s) próprio(s)  
Apelido(s)

Localidade

Telefone

Língua

Pode limitar os resultados da pesquisa por língua (pode escolher apenas uma língua).

#### Ligações úteis

[Intérpretes ajuramentados - registo](#)

Última atualização: 08/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - Eslováquia

Esta página apresenta um breve resumo das informações sobre a base de dados de tradutores e intérpretes eslovacos.

##### Que informações estão incluídas na base de dados de tradutores e intérpretes eslovacos?

A base de dados de peritos, intérpretes e tradutores mantida pelo Ministério da Justiça eslovaco (*Ministerstvo spravodlivosti Slovenskej republiky*) inclui uma secção dedicada aos intérpretes e uma secção dedicada aos tradutores, com informações pormenorizadas sobre os 1 341 tradutores e 1 240 intérpretes autorizados, nos termos da Lei n.º 382/2004 sobre peritos, intérpretes e tradutores e que altera outros atos, a exercer atividades de tradução ou de interpretação e que estão ou estiveram inscritos na base de dados de peritos, intérpretes e tradutores.

A base de dados de peritos, intérpretes e tradutores contém uma secção dedicada aos intérpretes e outra secção dedicada aos tradutores. Esta base de dados está disponível apenas em eslovaco.

Todos os intérpretes e tradutores inscritos na base de dados de peritos, intérpretes e tradutores na secção correspondente, em função das respetivas línguas, estão autorizados a utilizar os identificadores emitidos pelo Ministério da Justiça eslovaco, nomeadamente o cartão de identificação de intérprete /tradutor e o carimbo oficial de intérprete/tradutor.

##### O acesso à base de dados de tradutores e intérpretes é gratuito?

São **gratuitos** tanto o acesso à base de dados como a pesquisa para encontrar tradutores e intérpretes.

##### Como posso encontrar um tradutor ou intérprete na Eslováquia?

É possível encontrar informações sobre intérpretes e tradutores no sítio Web do [Ministério da Justiça da República Eslovaca](#), na secção *Registos*, selecionando a opção *Tradutores ou Intérpretes*.

É igualmente possível pesquisar no sítio Web os dados de contacto dos tradutores e intérpretes (assim como outras informações, quando adequado). É possível pesquisar tradutores e intérpretes individuais pelo seu número de inscrição, língua, nome e apelido, município, distrito, região ou qualquer combinação destes campos. Quando uma determinada pessoa é selecionada a partir dos resultados da pesquisa, são apresentadas informações pormenorizadas, como os seus dados de contacto, o âmbito da sua autorização para exercer atividades de interpretação ou de tradução, a data de início (e, quando adequado, também a data de validade) da autorização, assim como as sanções impostas durante os últimos três anos que estejam relacionadas com o desempenho das atividades; caso tenha sido imposta uma proibição, a entrada específica o período durante o qual a proibição é aplicável, informações sobre a suspensão temporária das atividades, incluindo informações pormenorizadas sobre a base jurídica, a data de início da suspensão temporária e a data de término da suspensão, informações sobre a interrupção das atividades, incluindo a data de início e a data de término da interrupção, o número de inscrição e informações atualizadas sobre o seguro de responsabilidade civil.

#### Ligações úteis

[Base de dados de intérpretes](#)

[Base de dados de tradutores](#)

[Ministério da Justiça da República Eslovaca](#)

Última atualização: 27/10/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

#### Tradutores/intérpretes jurídicos - Finlândia

Esta página fornece orientações para encontrar um intérprete jurídico ou um tradutor autorizado na Finlândia.

O Conselho Nacional da Educação mantém um registo de intérpretes jurídicos, no qual são inscritos os intérpretes jurídicos aprovados pelo conselho do registo de intérpretes jurídicos. O registo público contém apenas informações sobre os intérpretes que consentiram na publicação dos seus dados.

O Conselho de Exame de tradutores autorizados mantém um registo de tradutores autorizados.

##### Que informações estão disponíveis nas bases de dados de intérpretes e tradutores finlandesas?

[O registo de intérpretes jurídicos](#) contém o nome do intérprete, a combinação linguística e a área geográfica de atividade. O registo público de intérpretes jurídicos contém apenas informações sobre os intérpretes que consentiram na publicação dos seus dados na Internet.

[O registo de tradutores autorizados](#) contém o nome do tradutor, o município de residência e as línguas a partir das quais e para as quais pode traduzir enquanto tradutor autorizado.

##### O acesso às bases de dados finlandesas de intérpretes e tradutores é gratuito?

Sim, o acesso quer ao registo de intérpretes jurídicos quer ao registo de tradutores autorizados **é gratuito**.

##### Como procurar intérpretes jurídicos e tradutores autorizados na Finlândia?

Pode procurar intérpretes e tradutores nos registos utilizando os seguintes critérios de pesquisa:  
combinação linguística

nome do tradutor ou intérprete

Pode igualmente pesquisar por província no registo de intérpretes jurídicos.

#### Ligações

Registo de intérpretes jurídicos: <https://oikeustulkikirekisteri.opintopolku.fi/>

Registo de tradutores autorizados: <https://akr.opintopolku.fi/akr/etusivu>

Última atualização: 08/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas

respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Suécia

Esta secção ajuda-o a encontrar um intérprete ou um tradutor autorizado na Suécia.

### O que é o registo sueco de intérpretes e tradutores?

A [base de dados sueca de intérpretes](#) e [tradutores autorizados](#) pertence à [Agência Sueca de Serviços Jurídicos, Financeiros e Administrativos](#) (*Kammarkollegiet*), que é responsável pela sua gestão.

A base de dados contém uma lista de intérpretes e tradutores certificados, que só estão autorizados a traduzir a partir do sueco ou para o sueco. Uma pessoa pode estar autorizada para várias línguas diferentes. Um intérprete autorizado pode também estar autorizado a trabalhar numa determinada área de especialidade como intérprete judicial e/ou intérprete médico.

### O acesso ao registo sueco de intérpretes e tradutores é gratuito?

Sim, o acesso à base de dados sueca de intérpretes e tradutores autorizados é gratuito.

### Como procurar um intérprete ou um tradutor autorizado na Suécia?

Se procura um intérprete, pode pesquisar por língua, por área de especialidade, por distrito (*län*) ou por apelido. Se procura um tradutor, pode pesquisar por língua, por distrito (*län*), por apelido ou pelo número do tradutor.

Última atualização: 01/09/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [en](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Inglaterra e País de Gales

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor ou intérprete jurídico em Inglaterra e no País de Gales

Atualmente, não existe em Inglaterra e no País de Gales uma base de dados centralizada de intérpretes ou tradutores. No entanto, pode procurar um intérprete ou tradutor através de uma série de listas e registos descentralizados, nomeadamente:

Orientações do Ministério da justiça relativas [a intérpretes judiciais](#)

O [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público \(NRPSI\)](#)

A [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia \(APCI\)](#)

O [Instituto de Tradução e Interpretação \(ITI\)](#)

Listas de agências comerciais

### Ligações relacionadas

[Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público,](#)

[Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia,](#)

[Instituto de Tradução e Interpretação,](#)

[Intérpretes judiciais do Ministério da Justiça](#)

Última atualização: 13/06/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Irlanda do Norte

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Irlanda do Norte.

Atualmente, a Irlanda do Norte não dispõe de uma base de dados centralizada de intérpretes e tradutores. Contudo, pode procurar um profissional desta área numa série de registos e listas descentralizadas, incluindo:

o [Registo Nacional de Serviços Públicos de Interpretação;](#)

a [Associação de Intérpretes Policiais e Judiciais;](#)

o [Instituto de Tradução e Interpretação;](#)

as listas de agências comerciais.

### Ligações úteis

[Registo Nacional de Serviços Públicos de Interpretação](#)

[Associação de Intérpretes Policiais e Judiciais](#)

[Instituto de Tradução e Interpretação](#)

Última atualização: 16/01/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

## Tradutores/intérpretes jurídicos - Escócia

Atualmente não existe na Escócia uma única base de dados centralizada de intérpretes ou tradutores. No entanto, pode procurar um intérprete ou tradutor através de uma série de listas e registos descentralizados, nomeadamente:

O [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público \(NRPSI\)](#)

A [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia \(APCI\)](#)

O [Instituto de Tradução e Interpretação \(ITI\)](#)

Listas de agências comerciais.

Se procura apoio judiciário para assistência em interpretação e tradução, recomenda-se o registo no [SLAB](#).

### Ligações relacionadas

[Conselho de Apoio judiciário escocês,](#) [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público,](#) [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia,](#) [Instituto de Tradução e Interpretação](#)

Última atualização: 04/05/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.